

REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

ILMO(A). SR(A). MINISTRO(A) DE ESTADO DA SAÚDE [E/OU ILMO(A). SR(A). SECRETÁRIO(A) DE INFORMAÇÃO E SAÚDE DIGITAL - SEIDIGI]

Ministério da Saúde Esplanada dos Ministérios, Bloco G Brasília – DF, CEP 70058-900

Ref.: Solicitação de Aprimoramento e Ampla Divulgação do Acesso Digital ao Prontuário Médico pelo Paciente via Plataforma Meu SUS Digital.

Prezados(as) Senhores(as),

O corpo docente na pessoa do Professor Clodoaldo Moreira dos Santos Júnior e os acadêmicos do curso de Pós Graduação em Direito Médico da Universidade Federal de Goiás, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência/Senhoria, apresentar o presente Requerimento Administrativo, com o objetivo de solicitar a adoção de medidas para assegurar e aprimorar o acesso efetivo, simplificado e universal dos pacientes aos seus próprios prontuários médicos gerados nos atendimentos realizados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da plataforma digital oficial Meu SUS Digital.

I. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E FÁTICA

O direito do paciente ao acesso integral ao seu prontuário médico é um pilar fundamental da relação médico-paciente e um direito personalíssimo inegável, respaldado por um robusto arcabouço normativo em nosso ordenamento jurídico.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 196, consagra a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. O acesso à informação contida no prontuário é essencial para o exercício pleno desse direito, permitindo ao cidadão participar ativamente do seu cuidado e tomar decisões informadas.

O Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018), em seu artigo 88, é explícito ao vedar ao médico “negar, ao paciente, acesso a seu prontuário, deixar de lhe fornecer cópia quando solicitada, bem como deixar de lhe dar explicações necessárias à sua compreensão, salvo quando ocasionarem riscos ao próprio paciente ou a terceiros”. Tal disposição reforça que o prontuário, embora sob a guarda do profissional ou da instituição, pertence ao paciente.

A Lei nº 13.787/2018, que dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente, estabelece diretrizes importantes para a modernização desses registros, visando assegurar a integridade, a autenticidade e a confidencialidade dos dados.

Ademais, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018) garante ao titular dos dados (o paciente) o direito de acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados, incluindo os dados sensíveis de saúde, conforme seus artigos 9º e 18, II.

Reconhecemos e louvamos os esforços deste Ministério no desenvolvimento e implementação da Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS) e da plataforma Meu SUS Digital, que representam avanços significativos na informatização do SUS e na disponibilização de informações de saúde aos cidadãos. A recente inclusão de funcionalidades que permitem o acesso a partes do histórico clínico, vacinação e resultados de exames é um passo na direção correta.

Contudo, na prática, muitos cidadãos ainda enfrentam barreiras significativas para obter acesso integral e tempestivo aos seus prontuários médicos completos, especialmente aqueles gerados em diferentes unidades de saúde (hospitais, UBS, centros de especialidades). Processos burocráticos, necessidade de deslocamentos físicos, prazos longos e, por vezes, custos associados à cópia de documentos físicos persistem como obstáculos ao exercício pleno desse direito.

A facilitação do acesso digital integral ao prontuário médico via Meu SUS Digital trará inúmeros benefícios:

1. **Empoderamento do Paciente:** Permite ao cidadão conhecer seu histórico de saúde, entender diagnósticos e tratamentos, e participar ativamente das decisões sobre seu cuidado.

2. **Continuidade do Cuidado:** Facilita a transição entre diferentes níveis de atenção e profissionais de saúde, fornecendo informações essenciais para diagnósticos mais precisos e tratamentos mais eficazes.
3. **Segunda Opinião Médica:** Viabiliza a busca por outras opiniões profissionais de forma mais ágil e informada.
4. **Redução da Burocracia:** Diminui a carga administrativa sobre as unidades de saúde na gestão de solicitações de cópias físicas.
5. **Transparência e Auditoria:** Aumenta a transparência dos serviços prestados e facilita processos de auditoria e defesa de direitos.
6. **Pesquisa e Políticas Públicas:** Contribui para a formação de bases de dados mais robustas (anonimizadas, quando aplicável) para pesquisa e planejamento de políticas de saúde.

II. DO PEDIDO

Diante do exposto, e considerando a competência deste Ministério na gestão do SUS e na implementação de políticas de informação e saúde digital, o(a) Requerente solicita a Vossa Excelência/Senhoria que sejam adotadas as seguintes medidas, com vistas a aprimorar e universalizar o acesso digital dos pacientes aos seus prontuários médicos completos via plataforma Meu SUS Digital:

1. **Priorização e Aceleração:** Que seja tratada como prioritária a completa integração dos sistemas de prontuários eletrônicos das diversas unidades de saúde do SUS (todos os níveis de atenção) à Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), garantindo que o Meu SUS Digital possa apresentar ao paciente seu histórico de saúde de forma unificada e integral.
2. **Padronização e Interoperabilidade:** Que sejam fortalecidos e/ou criados mecanismos e padrões técnicos que garantam a interoperabilidade

semântica e sintática entre os diferentes sistemas de prontuário eletrônico utilizados no SUS,
assegurando a qualidade e a completude dos dados disponibilizados.

3. **Diretrizes Claras:** Que sejam expedidas diretrizes claras e normativos técnicos para todas as unidades de saúde do SUS sobre a obrigatoriedade e os procedimentos para a

digitalização de prontuários (conforme Lei 13.787/2018) e sua disponibilização via RNDS/Meu SUS Digital, incluindo prazos e padrões de qualidade.

4. **Segurança e Privacidade:** Que sejam continuamente aprimoradas as medidas de segurança da informação e proteção de dados pessoais na RNDS e no Meu SUS Digital, em estrita conformidade com a LGPD, garantindo a confidencialidade e a integridade dos

dados sensíveis dos pacientes.

5. **Ampla Divulgação:** Que seja realizada uma campanha nacional de comunicação para informar os cidadãos sobre o direito de acesso ao prontuário médico e sobre como utilizar a plataforma Meu SUS Digital para exercer esse direito de forma digital, simples e gratuita.

6. **Canal de Atendimento:** Que seja estabelecido ou aprimorado um canal de atendimento específico para que os usuários do Meu SUS Digital possam reportar dificuldades, solicitar correções ou tirar dúvidas sobre o acesso aos seus prontuários digitais.

III. DO ENCERRAMENTO

Certos da sensibilidade deste Ministério para com os direitos dos cidadãos e para com a modernização e eficiência do Sistema Único de Saúde, aguardamos deferimento do presente pleito, colocando-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Respeitosamente,

Alex Silva Muniz – Advogado

Amanda Fernandes Ribeiro de Barros – Advogada

Ana Bheatriz Souza Oliveira – Cirurgiã-Dentista

Ana Paula Melo de Oliveira - Assistente Jurídico

Anne Caroline Santana Leão - Advogada

Angela Estrela Costa= advogada

Antonio Herbete Lopes dos Santos – Advogado

Caio Gracco Bizatto de Campos – Advogado e professor

Camila Arouche Cobucci – Advogada

Caroline Regina dos Santos- Advogada e professora

Cláudia Helena N. J. Gomes – Advogada e professora

Claudia Luiz Lourençi- Advogada e professora

Clodoaldo Moreira dos Santos Júnior- advogado e professor

Clewerson Barbosa Mila - Advogado

Denis Carvalho dos Santos Vieira – Advogado

Eduardo Henrique Ferreira Bafutto - Médico

Felipe Ewerton Ferreira Pacheco – Advogado

Fernanda Gonçalves Machado - Advogada

Halley Alves Batista -Advogado

Hélmiton Kéeller Borges Prateado – Advogado

Hermon Santos Branquinho - medico

Hugo de Angelis Bastos Pereira – Advogado e professor

Isadora Lourenço Costa - Advogada

Ivonildes Gomes Patriota – Advogada

Jessyca Zanella Ferreira de Oliveira - Médica e Advogada

Joana D'arc da Costa Ferreira - Enfermeira

Jucielly Dias Damaceno- Cirurgiã-Dentista

Julia Barros Neves – Servidora Federal - TI

Juscirlene de Matos Ribeiro – Advogada

Juvana Xakriabá

Kris Fellipe do Nascimento Santos – Cirurgião-dentista

Lara Ramos Barbosa - Advogada

Maria Elisa de Moraes – Advogada

Maria Julia Cardoso Silva – Advogada

Mirian Jane de Freitas – Advogada

Natália Melo dos Santos - Advogada

Nathalia Mendonça de Freitas Igino – Advogada

Pablo Henrique Pessoni – Advogado

Rafaella Lamounier Firmino – Advogada

Rogéria Storck Pereira Borges – Advogada

Rosana Guimarães Naves - Advogada

Sarah Castrillon Rassi – Advogada

Tiago Magalhães Costa= advogado

Valéria Cristina Dourado – Advogada

Victor Pereira Guimarães – Assistente Social e assessor jurídico

Warllen Cordeiro da Conceição –Advogado

Goiânia 25 de junho de 2025.